

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE
DOIS MIL E TREZE.***

____ Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida secretariada por João Fernando Barbosa Dias, e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria de Almeida Silveira Matos. ***

____ ORDEM DE TRABALHOS: ***

____ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.***

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.04.2013;***

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA:***

____ PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ 2. 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DO ANO DE 2013. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.***

____ 3. ADENDA À TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO. LICENCIAMENTO ZERO. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.***

____ 4. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE REAL. ADENDA AO PROTOCOLO INICIAL. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.***

____ 5. INFORMAÇÃO/LISTAGEM SOBRE OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TRIMESTRE CONFORME O EXPOSTO NA LEI

8/2012 DE 21 FEVEREIRO ALTERADO PELO DECRETO LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO. CONHECIMENTO. ***

____ 6. INFORMAÇÃO /LISTAGEM SOBRE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO TRIMESTRE, CONFORME O EXPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75.º DA LEI 66 – B 2012 DE 31 DEZEMBRO. CONHECIMENTO. ***

____ 7. URBANISMO. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO. ***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____ Presentes os membros: António Gouveia Coelho, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Mónica Sofia Gomes da Rocha em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido, Giselda Martins Sousa Neves, Vitor Manuel Rocha Soares em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Raiva, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António Santos Vilela, José Vieira Gonçalves, José Vieira Pinto, Manuel António Rocha Pereira, Manuel Duarte Mendes, Carlos Alberto Moreira Barbosa em, substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, João Vitorino Martins de Almeida Moreira, Manuel da Silva Moreira, Maria Celeste José dos Santos, Ângelo Soares Fernandes.***

____ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Gonçalo Rocha, Vereadores: José Manuel Carvalho e António Rodrigues. ***

____ Faltaram e nem se fizeram representar os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Bairros, António Costa e Cunha, de Sardoura, Alfredo Trindade da Rocha, de Fornos, António Filipe Moura Fernandes, de Paraíso, Carlos Alberto Carmo Teixeira, e de Real, Luís Filipe Cardoso Valente.***

____ Pediu a suspensão do mandato o Membro Gina Maria Silva Moreira, por cinco dias motivos profissionais.

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor João Vitorino Martins de Almeida Moreira.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Maria da Graça Soares de

Sousa por cinco dias motivos profissionais.***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor Manuel da Silva Moreira.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro João Pedro Nogueira da Costa Campos por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor António Pinto Silva.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Maria de Lurdes Bessa de Sousa por cinco dias por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade da substituta Senhora Maria Celeste José dos Santos.***

____ Pediu a suspensão de mandato o Membro Cátia Cristina Gomes Rodrigues, por motivos profissionais. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor Ângelo Soares Fernandes.***

____ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:***

____ 1. -APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.04.2013.***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 30.04.2013 de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com uma abstenção (do PS), e os votos a favor dos restantes membros aprovar a referida acta.***

____ Verificou-se a presença dos Membros Senhores Abel Duarte Barbosa, António Silva Pinto e Daniel António Correia Mendes da Rocha.***

2. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

Usou da palavra o Membro Senhor João Vitorino para referir que como poderia ser a sua última participação na Assembleia Municipal deu nota da sua satisfação por ter feito parte da mesma e das ilustres companhias que teve nas discussões dos assuntos do Concelho. Que tinha pena de não ter tido a colaboração do Senhor Presidente da Câmara Municipal nas respostas às questões que colocou. Que tinha sido um prazer fazer parte do Grupo do PSD na Assembleia Municipal, apesar de o mandato do Executivo Municipal, ter sido um passo atrás no desenvolvimento do Concelho, e que a Assembleia Municipal por razões conhecidas não tinha conseguido dar o empurrão necessário que os cidadãos esperavam. Referiu que ia colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Que relativamente ao prédio JOPAVERA o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha assumido em reunião da Câmara Municipal que resolvia o problema em três meses com o Plano de Urbanização da Vila. Já tinham passados mais de dois anos sem resolução. Que já uma vez se tinha negado a responder-lhe, e solicitou que tivesse coragem e o fizesse claramente para o esclarecer. Questionou se o problema da demora era por causa do edifício JOPAVERA, ou eram questões ou problemas relacionados com terrenos de outras pessoas? Quanto ao prédio que estava a ser remodelado junto ao Tribunal pela empresa que ganhava quase todos os concursos da Câmara Municipal, e cujo empreiteiro já ocupava lugar de destaque no protocolo da Câmara Municipal, referiu que não existia nenhum aviso de licenciamento exposto no local, e questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia garantir aos paivenses que aquela obra de grande vulto estava licenciada? Se estava licenciada, tinha sido levantada alguma contra-ordenação por falta de colocação do aviso de licenciamento? Que sabia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabia as respostas àquelas questões, mas caso se negasse a dá-las iria estar presente na próxima reunião da Câmara Municipal para que tivesse mais tempo para lhe dar as respostas, e se ainda assim não as desse, iria colocar aquelas mesmas questões às entidades competentes. Quanto à situação da KASACOMIGO o Senhor Presidente da Câmara Municipal

tinha referido que aquele estabelecimento estava autorizado a funcionar até Dezembro de 2011. Mas como ainda estava em funcionamento questionou, se havia igualdade de tratamento para outros municíipes? Porque aquele estabelecimento não tinha pedido de licenciamento, violava o Plano de Urbanização da Vila e estava a funcionar, e um outro estabelecimento no Concelho, com processo de licenciamento na Câmara Municipal tinha todos os pareceres favoráveis das entidades externas à Câmara Municipal, tinha sido notificado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal para encerrar de imediato até que estivesse licenciado. Como a Câmara Municipal não assinava o despacho de licenciamento final, apesar da licença já ter sido paga há bastante tempo, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que explicasse à Assembleia Municipal qual era a sua noção de igualdade e legalidade. Relativamente às novas tecnologias, um Membro do Grupo do PS tinha comentado na internet o cartaz de campanha, falava da confiança, e que não tinha medo de pôr o símbolo do partido. Referiu que falta de medo também se aplicava ao candidato do PSD que tinha o símbolo do partido nos cartazes. Que felicitava o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo slogan, porque lembrava a todos o que tinham perdido nos últimos quatro anos, e que até diria que a palavra mais adequada seria desilusão. Que o Senhor Presidente da Câmara Municipal publicava muitos projectos virtuais na internet, mas sabia que não se podiam realizar. Que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha escrito no facebook no dia 2 de Abril, regressou a casa depois de um dia intenso de actividade, porque tinha atendido, como era habitual às terças-feiras, os municíipes. Mas naquele mesmo dia, esteve na Câmara Municipal para ser atendido pelo Senhor Presidente, disseram-lhe que não estava e foi atendido pelo Senhor Vereador José Manuel Carvalho. Esta situação repetiu-se novamente no dia 23 de Abril, e o Senhor Vereador José Manuel Carvalho, apesar de não saber do processo, disse-lhe que daria uma resposta até ao final do dia, mas até ao momento ainda não tinha chegado o fim daquele dia. Referiu que no dia 2 de Abril o Senhor Presidente, ou tinha mentido no facebook a todos os paivenses, ou tinha mandado dizer que não estava. Qual tinha sido a mentira? Por último referiu que fazia votos que o próximo

Executivo Municipal tivesse a capacidade que este não teve, e que ajudasse a Assembleia Municipal a significar o órgão fundamental da democracia.***

____ Usou da palavra o Membro Dr^a. Fátima Strecht para referir que louvava o Executivo pelo facto de estarem a fazer uns arranjos no areal da praia do Castelo. Que o ano passado tinham colocado saibro e que as pessoas magoavam os pés, e era com agrado, que tinha visto a colocação de areia e também pela limpeza daquele local. Que tinha ficado um espaço mais bonito e mais agradável para todos os paivenses e para todas as pessoas que visitavam aquele local.

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que estava contente porque na Assembleia Municipal havia direito a que cada um dissesse o que quisesse, por vezes de uma forma exagerada, traziam assuntos que não diziam respeito a casos da Assembleia Municipal, aos Membros ou ao Executivo, com comentários de facebook. Que achava que não era de bom tom nem de bom grado fazerem comentários de assuntos pessoais. Que queria felicitar todos os paivenses e todos os que colaboraram na realização da Festa de S. João, que teve a participação de milhares de pessoas. Que também felicitava a Câmara Municipal pela iniciativa que teve na realização da Festa do Doce de Terras do Paiva, que deu hipóteses de apresentarem uma boa doçaria e que foi comprovado pela multidão que encheu o largo da Vila. Por último referiu que o Membro D. Pedro Maldonado na última sessão tinha trazido um assunto muito importante sobre as análises da água. Que tinha tido oportunidade de saber, não de uma forma oficial, que a água que os paivenses consumiam era de excelente qualidade, não estava posta em causa a saúde pública, e que a explicação que lhe tinham dado era que se tinha de ter em conta o local da recolha, que tinha sido de uma torneira que há muito não era utilizada e como tal tinha dado parâmetros anormais. Que os paivenses podiam estar sossegados porque a água era de excelente qualidade.***

____ Verificou-se a presença do Membro Senhor José António da Costa Moreira da Rocha,

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que lhe dava a ideia que estavam em fim de legislatura pela forma lenta como os

trabalhos se tinham iniciado. Que ia abordar um assunto sério e partilhar com todos as suas reflexões. Referiu que estava a falar sobre o movimento associativo do Município de Castelo de Paiva. Que se estava a reportar às associações culturais, desportivas, recreativas, à Associação Comercial, IPSS's, Misericórdia, etc. Que havia três factos concretos que o levavam a falar sobre este assunto. O primeiro tinha a ver com a Feira Social que tinha ocorrido recentemente onde esteve presente o Senhor Director da Segurança Social de Aveiro e que isso era uma óptima razão. Mas havia duas razões que considerava negativas. Que tinha tomado conhecimento pela rádio do que se tinha passado em termos de decisões judiciais que envolviam associações do Município. Que achava que as duas situações em concreto, eram a pedra de toque para a necessidade de reflectirem sobre isto. Que em relação a um processo e a uma associação a questão que se colocava era como chegar ao poder. Que a questão que se discutia naquele processo, era de saber se efectivamente, as práticas, os métodos, os comportamentos levados a cabo por uma lista, eram idóneos, legais, regulamentares, ou se pelo contrário, como era invocado pela lista concorrente, tinha havido batota, ilegalidades, violações dos regulamentos e das leis, e tudo isto num contexto de um acto eleitoral. Que o que tinha sido decidido era que a instituição representada em concreto pelos senhores A, B e C, assumiam em nome da instituição, a batota, as ilegalidades invocadas pela outra lista, um pedido de desculpas público em sede de assembleia aos próprios sócios, o pagamento das custas do processo, dos processos cautelares, das custas de parte incluindo os honorários ao mandatário. Que a questão era, e o que toda a gente se interrogava, de que bolsa iria sair o dinheiro para honrar aquele compromisso? Era da bolsa da Instituição. Que no plano da indemnização cada um julgará, mas de facto havia quem pensasse que o crime compensou. Porque se o objectivo era atingir o poder, não olhando a meios, o objectivo tinha sido conseguido. Que se depois mais tarde, tinham que assumir desculpas assumiam sem problemas, e se tivessem que indemnizar também o fariam, porque quem indemnizava era a instituição. Na sua perspectiva isto merecia uma reflexão, porque como era dirigente associativo, quando representava a instituição, não estava a lidar com dinheiro seu,

era muito mais que isso. Referiu que o outro caso que também foi divulgado pela rádio, não estava findo, era um processo crime susceptível de recurso, mas para a sua reflexão isso não contava. Que o que estava em causa era a suspeição relativamente a práticas que tinham sido postas em causa, que foram denunciadas e participadas pelos órgãos sociais em relação a um antigo dirigente. Que o que estava em causa já não era como chegar ao poder, mas sim como exercer o poder. Que o poder tinha de ser exercido de forma séria, criteriosa e com o cumprimento das regras, e se não fosse assim, algo de errado podia acontecer. Que o Senhor Director da Segurança Social tinha tocado em alguns assuntos que eram importantíssimos e que todos tinham ignorado. Que não compreendia porque é que no âmbito de uma iniciativa tão importante como era a Feira Social, ainda não se tinha avançado para reservar duas ou três horas de modo a que houvesse debate sério aprofundado sobre aquilo que era a realidade das associações. Que lhe parecia que havia pessoas que fugiam ao debate e não estavam interessadas em fazê-lo. Porque nem sempre, por exemplo na questão da admissão de funcionários, se privilegiava o primado da competência e da necessidade, e às vezes eram confrontados, sem necessidade, com o recurso à cunha, com a admissão de parentes de compadres e de comadres. Que havia pessoas ligadas ao mundo associativo que se esqueciam das funções que desempenhavam, e que às vezes pareciam ser os donos das associações. Que a questão da falta de lealdade ou a concorrência desleal que existia era preocupante. Que a inexistência de planificação e inventário das necessidades sociais que tinham deveria levar a uma análise aprofundada. Que era agora que se estava a discutir ao nível do Estado Português o que era a política social, mas no seu entender já era tarde. Que a planificação não tinha existido no Concelho e as consequências eram inevitáveis. Que ia haver uma redução das comparticipações do Estado, e que lhe parecia que também era inevitável uma redução das próprias receitas das instituições. Questionou qual era a taxa de ocupação das creches em 2013 em comparação com 2003? Que o tempo em que era possível, através de malabarismos, torpedear, enganar a Segurança Social, já tinha passado. Que até se falava que havia quem nas creches, tivesse dez meninos e até dizia que

tinha trinta, e recebia comparticipações como se trinta tivesse. Que em relação aos lares, tinham uma capacidade de ocupação de X, mas na verdade diziam que tinham X mais Y. Que não queria acreditar nisto, mas que se dizia, dizia, e depois havia uma receita injustificada para as associações. Referiu que queria acreditar que o princípio do rigor que todos os governantes apregoavam iria ser implantado à séria e de verdade, porque era imperioso que assim fosse. Que aqueles truques e malabarismos tinham que acabar. Que também se iria traduzir numa redução de receitas para os “chicos espertos”, os oportunistas e os “malandrecos” porque não podia ser assim que se governava um país ou se geria uma instituição, porque o dinheiro saía do bolso de todos, e quem cumpria não podia de modo algum silenciar-se perante aqueles que achavam que eram mais espertos e que faziam batota. O mesmo se passava com as contas e era preciso que houvesse mais transparência e rigor nas contas públicas, porque todos estavam a ser vítimas enquanto cidadãos, das políticas que tinham sido impostas, e tinham que fazer e exigir o mesmo em relação às instituições. Que havia muita gente incompetente nas instituições, que ocultava e escondia, e ficava incomodada quando era confrontada com factos e não dava resposta. Que se criava uma imagem, uma auréola, de pessoas pseudo-competentes e pseudo-rigorosas, mas escondiam a verdade das situações, e que havia casos preocupantes no Concelho. Que o que se passava a nível nacional era um exemplo, e não o surpreendia o que se passava a nível da Câmara Municipal. Que a Câmara fez aquilo que era inevitável no que respeita à questão da gestão das contas, seriedade e rigor. Por último referiu que não deveria acontecer a nível de associativismo aquilo que aconteceu com o futebol, como era o caso do Pedorido, do S. Martinho, e do Sardoura. Que havia muitas IPSS's e muitas associações, e questionou se daqui a 10 anos iria acontecer o mesmo que tinha acontecido a nível das escolas? Referiu que a questão social era fundamental, e tinha de haver muita coragem, para pôr a nu um conjunto de situações, pois algumas estavam ocultas, escondidas, e deveriam implementar políticas de rigor, no sentido de permitir que no futuro as instituições se mantivessem. Referiu que se calhar iria divertir-se bastante com aquilo que ia ser a postura e o comportamento e as

acções dos dirigentes associativos de algumas associações concelhias, aquando do acto eleitoral, porque ninguém era dono das instituições. Que em 2009 tinham acontecido situações lamentáveis, que cada um defendeu a sua dama, puxou a brasa para a sua sardinha, mas respeitando os princípios elementares. Mas tinha havido situações que deviam ter deixado envergonhados os próprios dirigentes daquelas instituições. Que tinha feito várias referências na sua intervenção, mas não teve o propósito de se referir a ninguém em particular, pessoas ou instituições, mas se porventura a carapuça servisse a alguém, que a enfiassem.***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que não sabia se era esta a última Assembleia Municipal. Que noutros tempos, quando chegavam ao fim do mandato faziam uma apreciação do trabalho feito, assumiam alguma deficiência, até para que os novos candidatos pudessem melhorar e os eleitores melhor os pudessem julgar. Referiu que o que tinha acabado de ouvir honrava e significava a Assembleia Municipal. Que já tinha valido a pena ter vindo à Assembleia Municipal, para ouvir o que tinha dito o Membro Dr. Rocha Pereira. Deveriam ouvir o que ele tinha dito independentemente de ser daquele ou de outro partido. Que estavam ali por causa dos problemas de Castelo de Paiva, que não estava desligado do País nem da política nacional. Que tinham sido dito coisas, que mais vezes deveriam ter sido trazidas e reflectidas, queria sublinhá-las e queria que fosse um ponto de reflexão muito sério para todos. Referiu que ninguém era dono das instituições designadamente aquelas que tinham uma função social. Que efectivamente era legítimo levantar muitas dúvidas, independentemente do esforço do voluntarismo de quem nelas trabalhava, e seguramente alguns com muita boa vontade. Mas era preciso ser e parecer sério, honesto, leal e rigoroso. Que efectivamente algumas coisas para quem estava de fora, deixavam muitas dúvidas, e não era só nas cunhas e admissões. Que se questionavam porque é que só entravam determinadas pessoas para esta ou aquela instituição? Porque é que todos tinham a mesma cor e tinta partidária? Seria em função da competência ou do interesse social? Referiu que não sabia, mas a dúvida estava instalada e isso não honrava as instituições nem o fim para que

elas tinham sido criadas. Quanto à gestão e à questão da lealdade, referiu que no sítio onde morava chegaram a ir duas carrinhas, uma às nove horas e outra às nove menos cinco buscar duas crianças. Que não queria acusar ninguém, mas havia gestões que não se podiam fazer assim. Que isto ia custar caro, e se o gasto dos dinheiros públicos em Castelo de Paiva fosse um exemplo e um espelho do que aconteceu a nível nacional, efectivamente estava explicado que este País não tinha saída e alguma coisa tinha de acontecer. Que gostava de colocar uma questão muito concreta: Se efectivamente o Centro Social do Couto Mineiro do Pejão estava ou não à beira da falência? Se era verdade ou não que o passivo que já existia era de difícil controlo? O que é que eventualmente se poderia fazer e remediar? Eventualmente responsabilizar as pessoas para o futuro, porque aquilo podia causar muitos danos a muitas pessoas. Que se referiu ao Centro Social do Couto Mineiro, mas podiam ser outros, mas esperava que estivessem de boa saúde e esperava que os eleitos não só nas freguesias mas também da Assembleia Municipal pudessem dar o seu contributo para acautelar o que fosse acautelado, mas sem batota. Porque tinha de pôr à frente de tudo o rigor, a competência, a legalidade, e a lisura. Que não podiam andar a forjar ou a fazer batota, que aliás era crime. Que não sabia qual o posicionamento, de quem se candidatar às próximas eleições, que iam tomar sobre estas e outras questões que eram graves para Castelo de Paiva. Referiu como nota de rodapé o exemplo do que se tinha passado na CERNE. Questionou se tudo tinha sido liso e correcto? Os dinheiros públicos que lá se enterraram? A insolvência que não tinha sido insolvência e depois voltou a ser insolvência? Os trabalhadores que foram ao fundo de garantia salarial e depois continuaram na empresa e depois voltaram ao fundo de garantia salarial? Que podia doer, mas quem era eleito tinha de dizer as coisas e lançá-las à reflexão, porque estavam dinheiros públicos envolvidos. Que se estavam a cortar nas reformas, nos salários no subsídio de desemprego, a porem este pânico generalizado, também eram responsáveis para alertarem para estas situações. Que as coisas sérias tinham de ser tratadas seriamente. Que o Dr. Rocha Pereira tinha colocado questões muito sérias e esperava que os candidatos pudessem aproveitar a campanha eleitoral para eventualmente se pronunciarem.

Que gostava que houvesse um código de ética que todos partilhassem, deveria haver uma espécie de triagem para serem candidatos, e que determinadas pessoas que dado o seu comportamento, o seu envolvimento com algumas questões que estavam no ar, e tendo em conta a posição que tomassem sobre aquelas questões deveriam ser inibidas de se candidatarem aos cargos. Que isto não existia, não estava programado nem institucionalizado, mas nada impedia que os partidos responsáveis pela apresentação de candidaturas estabelecessem aqueles códigos de conduta que o dissessem claramente aos eleitores. Que deveriam garantir que se candidatavam pela razão pública e não para arranjinhos da vida pessoal ou da vida dos amigos, porque isso era batota. Quanto às questões menos profundas colocadas pelo Membro João Vitorino, não sabia quem as tinha cozinhado, mas que fazia bem em ter orgulho de ter pertencido à Assembleia Municipal. Que também tinha muitas mágoas sobre o funcionamento da Mesa da Assembleia Municipal, da Assembleia Municipal, e da Câmara Municipal. Mas a Assembleia Municipal tinha de ser autónoma em relação à Câmara Municipal, que não estavam dependentes dos humores da Câmara Municipal, e como membros da Assembleia Municipal deviam assumir e exercer o seu pleno direito de sugestões de críticas e de posições sobre os interesses de Castelo de Paiva. Que não ficava bem vir à Assembleia Municipal trazer os recados eventualmente concertados com mais alguém contra a Câmara Municipal porque estavam à beira de eleições. Que podiam e deviam criticar a Câmara Municipal livremente, mas centrar toda a intervenção numa espécie de relatório final contra a actividade da Câmara Municipal parecia-lhe exagerado. Que não tinha sido muito brilhante o recurso ao facebook ou ao problema da graça frustrada ou do cinismo fracassado da desilusão ou da confiança. Se para Castelo de Paiva os problemas do Concelho fossem a KASACOMIGO ou até a JOPAVERA, ou das obras do Moura de baixo, não haveria problemas em Castelo de Paiva. Mas os problemas de Castelo de Paiva eram outros, muito mais graves, eram o tipo de compadrios, era a falta de lisura, a falta de princípios, a violação da democracia e da civilização. Que a questão do saneamento e outras questões que deviam estar resolvidas e não estavam. Que o endireitar das contas poderia

possibilitar um recomeço da vida colectiva e voltarem a ter esperança em Castelo de Paiva. Que os problemas dos paivenses eram o desemprego, aqueles que tinham visto as reformas diminuídas, era a fome, era a escola no estado em que estava a desaparecer, era o futuro e o não saberem o que ia acontecer, eram as insolvências que aconteceram, como por exemplo o caso da Adega Cooperativa que foi à falência. Por último referiu que poderia ter sido a sua última intervenção na Assembleia Municipal, mas tinha sido o único a quem o Presidente da Mesa tinha mandado calar.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe foram colocadas e começou por referir que agradecia as felicitações que deram à Câmara Municipal sobre algumas intervenções nomeadamente a que fizeram no Castelo em Fornos, e a forma como tinham decorrido os festejos de S. João. Quanto à intervenção do Membro Senhor João Vitorino, referiu que quanto à questão da JOPAVERA era um problema preocupante, e que era pena que alguns que se preocupavam antes, deixaram de o estar e tinham-se tornado fonte do problema. Mas que da parte do Executivo havia boa fé, princípios, e o saber honrar os compromissos. Que infelizmente algumas pessoas entretinham-se com a querela estéril, que não produzia rigorosamente nada, e outros entretinham-se mais com questões de azia, de ódios e que valia tudo para tentar atingir os objectivos. Que aqueles princípios ficavam com quem os pretendiam praticar. Que o Executivo tinha a consciência do caminho que traçaram, dos princípios que defendiam e o de honrar os compromissos. Que tinha muitas preocupações sobre Castelo de Paiva, e preocupava-se sobretudo com o emprego e por isso lutava para que o problema fosse resolvido. Que lutava pela criação de postos de trabalho em Castelo de Paiva e não vivia pela oportunidade de desemprego. Que já tinha conseguido muitos empregos e ainda ia conseguir mais com a ajuda da iniciativa privada. Que não tinha problema nenhum em ouvir o Senhor João Vitorino trazer recados de alguém. Que algumas das pessoas visadas sob o ponto de vista do cumprimento escrupuloso da legalidade foram cumpridos todos os procedimentos. Que falava claramente da PLANSEDRA, e que sabia que esta empresa tinha causado alguma azia, mas o certo é que a pessoa

que dirigia aquela empresa era humilde, tinha vindo do nada, tinha sabido crescer, soube engrandecer a sua empresa e era um homem de sucesso. Referiu que o tinha apoiado inequivocamente e tinha orgulho nisso. Que quando participou em concursos da Câmara Municipal, tinha-o feito em igualdades de circunstâncias com outros concorrentes. Não se lhe podia apontar rigorosamente nada, naquilo que eram os procedimentos da Câmara Municipal. Que tinha vencido o concurso do edifício da cadeia, porque tinha a proposta mais baixa e que isso era o critério principal, que tinha feito a obra e estava bem feita. Que tinha ganho o concurso do Mercado Municipal, com todas as empresas do Concelho e foi a proposta mais baixa. Que aquela proposta tinha sido aberta perante todos os concorrentes no salão nobre e os envelopes estavam selados. Que tinha ganho a 1ª. Fase da Quinta do Pinheiro, porque tinha sido a proposta mais baixa, e tinha sido feito na plataforma onde todos os concorrentes a nível do país podiam concorrer. Que não podiam apontar rigorosamente nada àquela empresa por ter ganho aqueles concursos. Que não tinha nada a ver com campanhas eleitorais, apesar de ele ser o seu candidato à Junta de Freguesia de S. Martinho, com muito orgulho e muita honra, mas não tinha nada a ver com processos que decorriam na Câmara Municipal, porque havia o princípio da legalidade, de equidade e da justiça para todos. Que sobre esta matéria podiam-se queixar para o Ministério Público, para a Polícia Judiciária, para o papa ou para onde quisessem, que dali levavam zero. Que deviam olhar-se ao espelho e verem o património que tinham e como o tinham conseguido. Que na Câmara Municipal tinha o mesmo tratamento para o rico e para o pobre. Que sabia gerir e que modéstia à parte tinha-o feito com alguma categoria, porque o tipo de gestão que tinha implementado orgulhava-o assim como a muitos paivenses, e que isto era uma questão de honra. Se tinha reduzido a dívida da Câmara Municipal em mais de 3,5 milhões de euros ao fim de quase quatro anos e se tinha honrado os compromissos com os fornecedores, sentia orgulho nisso. Que podia não ter uma grande obra, mas tinha o princípio da boa gestão. Quanto às questões que foram suscitadas no âmbito social, tinha sido um momento de reflexão por parte dos membros da Assembleia Municipal que tinham feito as intervenções. Que garantia que da parte

da Câmara Municipal tinham feito um apoio daquilo que eram as suas possibilidades sem distinções, de forma equitativa e procurando responder às necessidades das pessoas. Que iam continuar a trilhar aquele caminho, independentemente de qualquer crítica ou comentário que pudessem fazer. Que iam continuar a fazer o acompanhamento e apoio incondicional daquilo que era política social no Concelho, porque em tempos de dificuldades cada vez mais se impunha que a Câmara Municipal apoiasse e que acompanhasse de perto aquilo que eram as acções das instituições do Concelho.***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA:***

____ PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____ Interveio o Senhor Ângelo Soares Fernandes, residente na Póvoa, Pedorido, para referir que gostava de partilhar e subscrever as palavras que o Dr. Rocha Pereira e o Dr. Gouveia Coelho tinham dito, porque realmente neste País e Concelho mais coisas haveria por dizer sobre aqueles assuntos, e que ficariam tristes se aprofundassem todos os esquemas que se criavam. Mas queria agradecer todo o empenho da Câmara Municipal em nome de alguns pedoridenses, pelas obras que tinham sido feitas na Freguesia como era o caso do Boialvo e a pavimentação que tinha sido feita de novo. Que todos os pedoridenses ficavam gratos se a Assembleia Municipal interviesse ou tivesse algumas intervenções positivas como por exemplo no caso dos esgotos que vão para o jardim do rio Arda, e que agora no verão cheirava muito mal. Que pensava que o Saneamento estava a ser resolvido e esperava que fosse para breve, porque havia muita gente a utilizar a praia de Pedorido e que há muitos anos aquilo estava um descalabro. Que a maqueta que estava no facebook possivelmente iria ser uma realidade, os pedoridenses estavam a contar com isso, e que queria agradecer em nome de todos os pedoridenses.***

____ Verificou-se a presença do Membro Senhor Prof. José António Silva Rocha.***

____ Interveio o Senhor Manuel Moreira da Fonseca, residente em Nojões, Real, para referir que quanto à intervenção do Dr. Gouveia Coelho lamentava que tivesse falado sobre a insolvência da rádio, quando tinha sido ele próprio o autor da peça processual de insolvência

em que tinha incluído pessoas que não tinham nada a ver com a rádio. Que tinha sido pena que não tivesse ido à audiência de julgamento para ouvir os administradores de insolvência, e que um deles até se tinha queixado que tinha sido demitido porque um dos trabalhos que estava a fazer não agradava, e um outro que alguém lhe tinha pedido os documentos e que nunca mais os tinha entregado. Que tinha sido de muito mau gosto vir para a Assembleia Municipal acusar pessoas depois de saber o que tinha feito, de ter metido pessoas ao barulho, a gastarem dinheiro, sem terem nada a ver com o assunto. Referiu que não era o local próprio para falar sobre este assunto, e que o Dr. Gouveia Coelho como mandatário da rádio, sabia muito bem das maroscas que foram feitas para conseguirem o novo alvará. Que o alvará nunca poderia ter sido renovado porque o que tinha sido feito foi uma negociação. Que não podia ter deixado passar despercebido o que foi dito, porque também era um dos visados e não tinha nem nunca teve nada a ver com a rádio, nunca tinha sido eleito para nada e portanto não poderia ter sido chamado a uma insolvência da qual não tinha culpa nenhuma.***

_____ Intervieio o Membro Dr. Gouveia Coelho para Defesa da Honra e começou por referir que não tinha levantado nenhuma questão relativamente ao Senhor Fonseca. Que tinha intervindo como advogado numa primeira fase da insolvência da rádio. Que tinha ajudado a fazer o milagre da salvação da rádio e não tinha havido batota nenhuma. Que tinham intervindo instituições públicas, a ERC, professores da Universidade Católica, e tinham salvado a rádio que era o que interessava aos Paivenses. Se quisessem discutir publicamente todo o processo da rádio, inclusivamente as condições criminais já transitadas em julgado, não tinha problema nenhum porque os processos estavam findos. Que já não intervinha no processo da rádio há muito tempo, mas o que interessava a Castelo de Paiva era saber se também a rádio, que tinha ido à insolvência por administração incompetente, e também em termos de comparação saber se a Voz do Arda, o Terras de Paiva, o Tal Jornal, o Miradouro, se a rádio tivesse desaparecido se era um benefício para os paivenses? Que salvar a rádio, tinha sido um processo complicado, tinha sido liso, tinha sido um milagre, podia ser esclarecido, tinha sido tudo legal e controlado pelo juiz, não tinha havido nenhuma

batota nem negociata. Que houve negociatas que levaram à situação de insolvência, e isso é que tinha sido grave. Que tinha orgulho pela rádio estar no ar, e que o relevante para o povo de Castelo de Paiva e para a Assembleia Municipal era saberem que ou salvavam o alvará naquela altura ou nunca mais haveria alvará para Castelo de Paiva. Que deveriam ver o que a rádio tinha feito por Castelo de Paiva. Que não estava a dizer que a rádio estava a desempenhar o melhor papel do mundo, mas tinha o direito de alvará. Que esperava que mais ninguém instrumentalizasse aquele órgão tão importante e o colocassem na posição de o perderem. Que para o futuro o que importava saber era que deveriam ser rigorosos na administração, serem transparentes e não deveriam utilizar estas coisas de forma a criarem nebulosas. Que tudo o que tinha feito, tanto na rádio como na Adega Cooperativa, estava disposto a prestar contas, porque eram questões de interesse público. Que o que podia dizer a todos era que tinha conseguido um milagre, porque depois das cinzas, porque mais nada havia a salvar, salvaram o alvará. Que tinham uma nova Cooperativa, e podiam fazer um grande papel porque era um grande instrumento cultural de grande valia. Que estava disponível para discutir todos os processos e tudo o que foi feito. Que se quisessem agendar um debate do que se tinha passado na rádio, não tinha problema nenhum. Que em defesa da sua honra, referiu que tudo o que tinha feito era uma honra, e de certeza que merecia um aplauso incondicional de todos os Paivenses de boa fé.***

____ Interveio o Senhor José Nunes residente em Gração, Sobrado para referir que o representante do CDS tinha feito uma apresentação e um resumo dos eventos que se faziam. Que tinha tido muitos elogios e que isso criou logo uma confusão na Assembleia Municipal. Que não tinha focado ninguém, mas simplesmente o problema dos serviços sociais ou a Rede Social Concelhia. Que não era necessário que tivessem vindo pessoas que afoitassem o seu discurso para fazerem um discurso político. Que não era isso que estava em causa mas sim o sumo de quando se faziam eventos. Que ia haver um próximo que era a Feira do Vinho Verde, e questionou que sumo é que se tirava? Quando é que iam fazer um debate com o lavrador? Era ou não verdade que vinham cerca de 100 auto caravanas visitar Castelo de Paiva, mas se quisessem tomar

um banho não tinham onde, porque as casas de banho na feira não tinham condições, e a Câmara deveria disponibilizar as instalações do Pavilhão Municipal. Que tinha vindo de propósito à Feira Social para participar na tertúlia sobre a criança, mas tinham misturado tudo, Questionou se estavam satisfeitos com a tertúlia que fizeram? Tinham conseguido concentrarem-se com aquele barulho e com a confusão das crianças? Que queria intervir mas não conseguiu com o barulho que estava com as crianças e com a chegada posterior dos Ranchos Folclóricos, não poderia dar os parabéns a uma organização como aquela. Que era necessário fazer algo pelo vinho de Castelo de Paiva porque era o melhor do mundo. Que 50% a 60% do vinho que era produzido em Castelo de Paiva ia para fora porque nem sabiam comercializá-lo. Que tinham de incentivar os lavradores, que tinham de trazer técnicos para analisarem o vinho e comercializá-lo. Que afinal tinham o melhor vinho do mundo e nem conseguiam vendê-lo. Referiu que Castelo de Paiva não era uma ilha, mas podia ser porque era banhado pelo Rio Paiva, pelo Douro e pelo Arda, mas não tinha sequer uma praia legalizada para tomarem banho. Que bastava atravessar o rio para outro concelho e tinham a praia legalizada de Bitetos no Marco de Canavezes, assim como ma praia fluvial da Lomba em Gondomar. Que ninguém fazia nada para mudar isso. Que era importante que os Membros da Assembleia Municipal soubessem como as coisas se faziam, porque se nos outros concelhos conseguiram como é que em Castelo de Paiva não conseguiam? Que se calhar a culpa do atraso de Castelo de Paiva era do vinho tinto que era tão bom.***

____ Interveio o Senhor Lino da Silva Pereira residente no Pejão, Paraíso para referir que vinha defender a sua honra e a da Instituição que representava. Que era Presidente do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão desde a sua fundação em 1969. Que tinha ganho as eleições ao longo dos anos todos. Que na Instituição nenhuma conta de gerência ou orçamento tinha sido votada contra. Mas que não deixava de ser curioso que numa Assembleia Geral da Instituição antes de 1997, altura em que se tinha candidatado à Câmara Municipal como independente pelo Partido Social Democrata, alguém tinha dito que a Instituição estava na bancarrota, e como tal o argumento não era novo já tinha pelo menos 15

anos. Que nenhuma decisão era tomada pela Direcção sem ter o aval da Assembleia Geral da Instituição, e que desde 1988 quando construíram a primeira fase da creche e infantário, todas as obras que fizeram foi através de créditos bancários porque nunca tiveram apoio. Que em 2012 foram classificados como cliente aplauso porque as contas tinham sido sempre auditadas pelo Millennium BCP e pela Faculdade de Economia do Porto. Que compreendia que algumas pessoas queriam chegar a outro lado, mas tinha sempre cuidado, porque sabia que naquelas alturas isto sucedia. Que a Direcção tinha pedido o aval para dois empréstimos bancários à Assembleia Geral da Instituição. Que aqueles dois empréstimos eram para o Lar e para a ampliação da creche. Que naquele caso concreto não tinha atingido o valor autorizado pela Assembleia Geral e nem sequer iam precisar de mais, porque o valor da taxa de esforço que tinham de fazer era de 40%, mas como o Governo tinha reduzido a taxa de esforço dos privados para 25%, queria dizer que já tinham feito a taxa de esforço relativamente à ampliação do Lar que provavelmente iria estar pronto dentro de 2 meses. Que a sua preocupação era dar resposta a muitos idosos que estavam à espera, alguns deles com pensões muito baixas, mas isso era uma característica da Instituição porque tanto tomavam conta de pessoas que tinham dinheiro como daquelas que não o tinham. Por último referiu que entendia que deveria dar uma explicação, apesar de não se sentir obrigado a isso, que o Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, era a única Instituição no Concelho que estava a ser auditada por dois auditores, a pedido da própria Instituição. Que estavam a auditar contas de 2007 a 2013 porque naqueles 6 anos, tiveram 4 anos com saldo positivo e os 2 últimos anos com saldo negativo, e embora soubessem a origem disso, entenderam que deveriam pedir auditores de fora para o fazer. Que estavam a cumprir integralmente, com os fornecedores, com os acordos que tinham feito, com os trabalhadores, e relativamente à obra estavam a acelerar para acabar em Setembro. Que as coisas afinal não estavam tão mal como diziam. Que ainda tinham uma margem de manobra na ordem dos 150 mil euros relativamente à autorização dada pela Assembleia Geral da Instituição. Se alguém pensava que com estas coisas todas, lhe metiam medo, ou iam impedir de um direito que tinha

de eleger e ser eleito, tinham-se enganado porque não tinha medo. Que poderiam estar tranquilos relativamente à Instituição porque ela estava no bom caminho. Relativamente à rádio Paivense, referiu que quem ia decidir era o Juiz e seria em breve, que este processo não ia acabar, porque quando o Juiz desse a sentença ia começar outro.***

____ 1.-APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ Presente o ofício 3314 de 18.04.2013, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 18 de Junho de 2013, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 844.850,52€ (oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta euros e cinquenta e dois céntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 17.06.2013, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.562.153,22€ (dois milhões quinhentos e sessenta e dois mil cento e cinquenta e três euros e vinte e dois céntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que o Dr. Gouveia Coelho tinha feito referencia a vários títulos de jornais que existiram no Concelho, mas tinha-se esquecido de um Jornal que era o Sementes do Arda. Que pensava que tinha valido a pena ter tocado na matéria que tinha focado aquando da sua intervenção. Que não ia de forma alguma esclarecer ou dar complementos em relação ao que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Direcção do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, porque achava que não ficava bem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que era ele, estar na Assembleia Municipal a discutir. Que o que era importante eram os debates e as sementes que se lançavam em relação ao futuro. Que constatava e surpreendia-o o facto da oposição não ter tirado partido da importância do que tinham discutido, e quando falava no poder de acompanhamento e de fiscalização da acção da Câmara Municipal era espelhado naquele papel, e que havia algumas questões que achava interessantíssimas. Que não

sabia se era um lapso mas na folha três constava que tinha havido uma reunião com o Senhor Viriato referente à Quinta do Pinheiro. Questionou se seria Quinta do Pinheiro ou Quinta da Boavista? Que havia outros três temas que achava importantíssimos, como era o caso da saúde, e questionou qual tinha sido o assunto abordado na reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa? O que se poderia fazer quanto à questão da saúde e qual o ponto da situação? Questionou também sobre a presença na reunião na CCDRN no âmbito da área de acolhimento empresarial, porque estavam a falar de emprego e de empreendedorismo, e o que de facto tinham em concreto relativamente àquele projecto. Por último a reunião com o Prof. Dr. Lemos de Sousa no âmbito do pedido de patrocínio da obra referente às Minas do Carvão a ser editado pela Universidade Fernando Pessoa. Que tinha ficado com a ideia que iria ser publicado um livro que se reportava à temática das Minas do Couto Mineiro de Pejão. Que estavam a falar do passado e da história e que deveria também ser enquadrada na aposta no turismo. Questionou o que se tinha passado em concreto naquela reunião e o que podiam contar em termos de futuro.***

_____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel para referir que se tinha falado de associativismo, mas quando olhava para a informação da actividade da Câmara Municipal via-se muita actividade e dinamismo feito no Concelho e que tinham por base as associações, as IPSS's as cooperativas que mereciam ser muito acarinhadas, e eram elas próprias que exigiam que o Município estivesse presente e se associasse a elas. Que muitas daquelas actividades eram feitas com muito amadorismo há várias décadas, mas sabia que cada vez mais havia uma exigência de qualidade e controlo, e quanto a isto tinham um futuro assegurado. Relativamente ao desemprego em Castelo de Paiva era preocupante porque estava acima da média nacional, mas havia várias reuniões com várias empresas, e questionou se podiam dizer aos paivenses que a situação em Castelo de Paiva ia melhorar ou não? Quanto à intervenção do Senhor João Vitorino e independentemente do jeito que cada um tinha em expressar-se, achava que aquele Membro era um dos que mais fiscalizava a Câmara Municipal na Assembleia Municipal. Que ele tinha colocado algumas questões mas havia uma que não tinha sido

respondida. Que num dia concreto, ele tinha-se dirigido à Câmara Municipal e que o Senhor Presidente estava a atender, mas que não o tinha atendido a ele. Questionou se isso era verdade?***

— Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que tinha tirado a noite para aprender e fazer política, porque tinha assistido a alguns marcar de posição e de território e tinha achado interessante. Que não sabia se era a sua última intervenção na Assembleia Municipal, mas esperava estar na próxima e tinha muito gosto em pertencer à Assembleia Municipal, e esperava que o seu partido o acarinhasse de forma a que pudesse ser candidato em lugar que merecesse confiança da população paivense. Mas compreendia quem já tinha dito que era a última intervenção, porque com todo o respeito e consideração de quem o tinha feito entendia que fosse esse o mote, para dizer coisas que se calhar durante quatro anos não disseram, ou seja para fazerem política que durante quatro anos não fizeram. Que o bonito da democracia era por esta ser muito recente, e reparava com algum apreço que a forma de fazer política em Castelo de Paiva parecia que estava a evoluir, parecia-lhe que de alguma forma estava-se a querer dar o salto rumo ao futuro, e achava isto muito positivo. Que entendia que todas as forças políticas e partidárias deveriam encarar o futuro, mas que deviam ter a certeza pois provavelmente nem todos poderiam deixar de olhar para trás porque poderiam haver coisas que incomodavam. Que achava que numa perspectiva daquilo que deveria ser a humildade democrática no exercício dos cargos públicos, ninguém se devia arrogar de ser mais ou menos do que quem quer que fosse. Que eram todos iguais e estavam todos submetidos ao jugo do voto e se alguém prevaricasse, fosse da forma que fosse, seriam submetidos ao jugo do poder judicial. Que tinha constatado que a propósito daquilo que era a necessidade de contenção nas despesas do Estado, isso tinha servido de ponto de partida para que se alargasse a preocupação da gestão a níveis que dantes ninguém se preocupava com isso. Que achava que o País estava a passar por um momento terrível, dramático, por um momento social impensável, e assistia-se a coisas tenebrosas. Que do ponto de vista social estavam a acontecer coisas a que nunca pensou assistir. Mas alguém acreditava que isto estava a acontecer de forma deliberada e para gáudio de quem quer

que estivesse no Poder? Que não acreditava nisso, mas sim que era uma inevitabilidade. Que se podiam criticar os métodos, a fórmula, algumas das medidas e a forma pesada, ou até errada como tinham sido levadas à prática, mas havia uma coisa que se tinham de convencer, era que algo tinha de mudar, porque da forma como vinha a ser feito, não era possível continuar, porque nem era auto-sustentável, nem quem estava a injectar dinheiro permitia que a situação continuasse a perpetuar-se. Quanto à questão das instituições que prestavam apoio social, havia uma coisa essencial, que era terem a consciência do voluntarismo, do empenho, da dedicação e da seriedade das pessoas. Que era o ponto de partida e era no que pessoalmente acreditava, e sabia que era isso que concretizava de uma maneira geral e muita vincada as pessoas que se dedicavam no concelho e em todos os concelhos do País, aquela arte de fazer e ajudar socialmente todos aqueles que por idade, por deficiência ou por carência económica precisavam de ajuda social. Por último referiu que a agenda política da bancada do Partido Social Democrata era afixada por aquele partido, e não iam a reboque de quem quer que fosse. Que tinha as suas convicções, e os seus ideais. Que tiveram um programa em 2009 que tinha sido derrotado e respeitaram democraticamente. Que tinham um novo programa eleitoral no decurso do ano em curso, e aguardariam com serenidade aquilo que vier a ser o resultado eleitoral das próximas eleições autárquicas. Que era essa a forma de fazerem democracia. Que acreditava que para muita gente aquele aguardar não seria sereno. Que achava que não havia vencedores antecipados nem derrotados à partida, e que era naquele equilíbrio democrático daquilo que era o resultado de uma eleição que se devia ter como ponto de partida para se enfrentar as mesmas.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas e começou por referir-se à questão do Senhor Viriato, que obviamente se referia à Quinta da Boavista e não à Quinta do Pinheiro. Quanto à reunião da ACES teve a ver com a Extensão de Saúde de Sardoura. Que era uma intervenção do Ministério da Saúde o encerramento daquela extensão de saúde. Que a situação foi discutida e tinha merecido total discordância e oposição por parte da Câmara Municipal, e naquele momento ainda tinham a extensão de

saúde de Sardoura a funcionar. Quanto à reunião da Comissão de Coordenação sobre a área de localização empresarial, tinha a ver com o processo de candidatura e que ainda aguardavam o seu financiamento, mas ainda existiam alguns procedimentos a serem desencadeados por forma a terem o processo concluído o mais rápido possível, e que estava a falar de um valor na ordem dos 5 milhões de euros. Quanto ao senhor Engº. Lemos de Sousa, tinha a ver com uma publicação sobre as Minas do Pejão, era um livro de carácter técnico e científico, e que a Câmara Municipal tinha dado apoio na publicação atendendo à temática em que incide aquele trabalho. Quanto às questões colocadas pelo Prof. Daniel referente à criação de postos de trabalho, adiantou que o Executivo ao longo do mandato tinha trabalhado em várias situações na criação de postos de trabalho no Concelho. Que tinha tido algum sucesso, mas naquilo que dependia da Câmara Municipal e dentro daquilo que eram as condições e as disponibilidades tinham correspondido. Que aguardava com alguma expectativa a instalação de uma empresa com uma unidade nova que permitira um crescimento de mais 100 postos de trabalho. Que era uma empresa com uma dimensão considerável no Concelho. Que era importante para o Concelho e esperava que dentro de poucos dias comunicar em concreto a instalação daquela empresa. Que não tinha dúvidas que atrás daquela poderiam vir outras dentro do mesmo nicho de negócios. Que era um investimento estrangeiro, mas que iria alavancar mais negócios em Castelo de Paiva. Que era disto que precisavam em Castelo de Paiva, emprego com sustentabilidade, e era uma notícia muito importante para muitas famílias em Castelo de Paiva. Sobre o Senhor João Vitorino referiu que falava muito com ele, e não sabia em que dia de atendimento é que tinha acontecido o facto relatado, porque muitas vezes quando estava em atendimento tinha que se ausentar. Mas que neste mandato poderia dizer que tinha atendido mais de 2.000 paivenses. Que não tinha resolvido tudo, mas ouviram as pessoas, sempre tiveram uma palavra amiga e ajudaram muita gente. Que se o Senhor João Vitorino em algum dia não teve oportunidade de ser atendido, não tinha sido de propósito. Que não morria de amores pelo Senhor João Vitorino, porque quem procurava criminalmente responsabilizar o Presidente da Câmara Municipal numa situação em

que não tinha qualquer responsabilidade, mas tinha de saber conviver com aquela realidade e sobretudo respeitar as pessoas. Que aquele número era expressivo daquilo que era a forma de trabalhar do executivo e sem excepções ouviu todos os Paivenses.***

2. 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DO ANO DE 2013. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que quanto a este ponto e acerca da documentação, alguns membros tinham-na recebido no início da sessão. Que quando assinou a convocatória para a sessão, a responsável pela gestão financeira tinha-se comprometido pessoalmente que a documentação seria entregue no dia seguinte, e o ponto foi colocado na Ordem de Trabalhos. Mas a mesma responsável posteriormente comunicou à secretaria da Mesa da Assembleia Municipal que não era possível fazer a entrega daquela documentação atempadamente, tendo sido entregue apenas há dois dias. Face àquela ocorrência o Senhor Presidente da Mesa colocou à Assembleia Municipal se alguém se opunha a que este ponto fosse discutido e votado. Como ninguém se opôs o Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Executivo que fizesse a introdução daquele ponto.***

____ Presente uma informação dos serviços do seguinte teor: “*De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99 (POCAL), no ponto 8.3.1.4- "Na revisão do Orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas: saldo apurado". Assim, atendendo a que a conta de gerência da Câmara Municipal relativa ao ano de 2012 apresenta um saldo para a gerência seguinte de 1.848.285,26€, do qual 1.583.667,01€ é referente à execução orçamental. E que, existe necessidade de reforço da dotação orçamental das rubricas de despesa: "outros suplementos e prémios - senhas de presença membros da Assembleia Municipal", "contribuições para a CGA", "segurança social", "remuneração pessoal em funções", "remunerações de pessoal a aguardar aposentação", "acidentes em serviço/doenças profissionais" e "transferências - famílias/outros" (conforme informação anexa dos SRH de 26.06.2013), bem como ajustamento da rubrica orçamental da receita "venda de bens de investimento", devido ao efeito do grave recessão económica e financeira que o país*

*atravessa. Tem a presente revisão orçamental por objeto fazer a incorporação do saldo da conta de gerência anterior no montante referente à execução orçamental, considerando a correspondente afetação orçamental, que permitirá o reforço das rubricas do orçamento da despesa : 010101021302 - outros (senhas de presença AM); 0103050201 - contribuições da entidade para a CGA; 0103050202 - contribuições da entidade para a Segurança Social; 01010401 - remunerações pessoal em funções; 010108 - remunerações pessoal a aguardar aposentação; 010306 - seguro de acidentes em serviço/doenças profissionais e 040802 - transferências - familias/outros, bem como o ajustamento da rubrica orçamental da receita de capital relativa à "venda de bens de investimento" que permitirá a diminuição das rubricas: 090210 - habitação/familias e 090301 - Edifícios/Soc. e Quase Sociedades. Face ao exposto, propõe - se a seguinte Revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2013."****

— Usou da palavra o Vereador Senhor José Manuel Carvalho para referir que o pedido de revisão prendia-se com a necessidade de dois pontos em particular. Que um era por força da Lei e tinha a ver com a necessidade de dotar a rubrica das senhas de presença da Assembleia Municipal, e o outro tinha a ver com a inclusão do saldo de gerência de 2012 que era de 1.583.667,01€ no orçamento do corrente ano. Que permitia também aos serviços aproveitar para dotar o orçamento usando aquele valor que transitava do saldo de gerência do ano anterior nas rubricas das contribuições para a CGA, para a Segurança Social, para a remuneração de pessoal em funções, remuneração de pessoal a aguardar aposentação, e naturalmente tinha sido feito um ajuste em relação à rubrica da receita que tinha a ver com a venda de bens de investimento, ou seja, diminui-se ao valor da rubrica de bens de investimento por inclusão daquele valor da receita referente ao saldo da conta de gerência. A necessidade de dotação de valores naquelas rubricas prendia-se essencialmente, por um lado nas rubricas de pessoal com a questão da decisão do Tribunal Constitucional em relação à necessidade do Município e a todos os órgãos públicos de fazerem o pagamento do subsídio de férias, e que era um valor que não estava previsto no orçamento, porque quando foi elaborado não estava previsto o

pagamento daquele subsídio, e como a Câmara Municipal efectuou o seu pagamento a todos os funcionários houve necessidade de reforçar a verba de pessoal. Que também tinha a ver com uma decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel em relação a uma acção interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município que se prendia com a progressão na carreira em função da avaliação do ano de 2010, e houve necessidade do Município pagar todos os retroactivos aos funcionários que tinham atingido os dez pontos em 2010.***

____ Ausentou-se o Membro Dr. Rocha Pereira.***

____ Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com um voto contra (do PSD – João Vitorino) oito abstenções (do PSD) e quinze a favor dos restantes membros aprovar a primeira Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal do ano de 2013.

____ Verificou-se a presença do Membro Dr. Rocha Pereira.***

____ **3. ADENDA À TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO.
LICENCIAMENTO ZERO. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.**

____ Presente a adenda à tabela de taxas do Município decorrente da adaptação ao Decreto-Lei nº. 48/2011, de 1 de Abril e demais diplomas adaptados ao Decreto-Lei nº. 92/2010 de 26 de Julho, que se dá aqui como integralmente reproduzida ficando a mesma arquivada na pasta anexa a esta acta.***

____ Usou da palavra o Vereador Senhor José Manuel Carvalho para referir que a adenda efectuada à Tabela de Taxas, prendia-se com um conjunto de legislação que visava implementar o licenciamento zero, que os municípios tinham de implementar para simplificar um conjunto de licenciamentos Municipais. Como havia necessidade de proceder a um ajustamento à tabela de taxas foi elaborada uma adenda dando cumprimento à informação dos serviços para se poder implementar o licenciamento zero na sua plenitude para que os paivenses pudessem usufruir daquilo que será a plataforma que vai estar disponível para um conjunto de licenciamentos simplificados e para que possam cobrar as respectivas taxas.

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com um voto contra (do PSD, João Vitorino), uma abstenção (do PSD , Sr. Manuel Mendes), e vinte e três votos a favor dos restantes membros,

aprovar a adenda à Tabela de Taxas para implementação do licenciamento zero.***

____ 4. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE REAL. ADENDA AO PROTOCOLO INICIAL. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.***

____ Presente uma informação dos serviços que dava nota da elaboração da adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia da Real, de forma a contemplar as seis salas que não foram previstas inicialmente.***

____ Usou da palavra o Vereador Senhor José Manuel Carvalho para referir que a adenda prendia-se com a necessidade de proceder a uma correcção do Protocolo que existia com a Junta de Freguesia de Real, porque os serviços constataram que havia uma das salas que não estava contabilizada e nesse sentido procedeu-se à respectiva alteração do Protocolo e ao ajuste dos valores previstos.***

____ Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Real.***

____ 5. INFORMAÇÃO/LISTAGEM SOBRE OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TRIMESTRE CONFORME O EXPOSTO NA LEI 8/2012 DE 21 FEVEREIRO ALTERADO PELO DECRETO LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO. CONHECIMENTO.

____ Presente uma informação e seu anexo dos serviços da Câmara, que se dá aqui como integralmente reproduzida ficando a mesma arquivada na pasta anexa a esta acta.***

____ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.***

____ 6. INFORMAÇÃO /LISTAGEM SOBRE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO TRIMESTRE, CONFORME O EXPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75.º DA LEI 66 – B 2012 DE 31 DEZEMBRO. CONHECIMENTO.

____ Retirado este Ponto.***

____ 7. URBANISMO. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO.

Retirado este Ponto.***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções.***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

____ E eu Assistente Técnica da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente, _____

O 1.º Secretário, _____

O 2.º Secretário,

32. Secretary, _____